



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

## EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS

N.º 002/2018

EMITIDO EM: 17/08/2018.

O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, com sede à rua Cel. Francisco Limongi, 353 – Centro – São José do Vale do Rio Preto – RJ, realizará licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS TIPO MENOR PREÇO GLOBAL**, regida pela Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas posteriores alterações, dentro das seguintes condições abaixo elencadas

### CLÁUSULA PRIMEIRA

– A sessão de recebimento e abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas comerciais, **será realizada às 10:00 horas, do dia 04 de setembro de 2018** na sala de licitações da Administração Municipal, situada na Rua Cel. Francisco Limongi, 125 – Centro – São José do Vale do Rio Preto – Estado do Rio de Janeiro.

### CLÁUSULA SEGUNDA: Do objeto

2.1 - Constitui objeto da presente licitação selecionar, observados os critérios descritos neste Edital, a melhor proposta para o fim de contratação de sociedade empresária especializada à qual caberá a **CONSTRUÇÃO DE TRAVESSIA EM CANAL PRÉ-FABRICADO EM CONCRETO A SER REALIZADA NA ESTRADA DO CAMBOATÁ, BAIRRO CAMBOATÁ, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO – RJ, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA** em conformidade com as especificações contidas nos anexos: I (cronograma físico-financeiro), II (caderno de encargos), III (projetos), IV (planilha orçamentária de custo), V (memorial de cálculo), VI (DBI), VII (minuta de contrato), VIII (metodologia para cálculo de garantia adicional), IX (declaração de idoneidade) e X (declaração de conformidade com o edital e seus anexos), que são parte integrante do presente Edital. Documentação essa que se encontra disponível no endereço eletrônico [www.sjvriopreto.rj.gov.br](http://www.sjvriopreto.rj.gov.br).  
**Parágrafo Único:** É vedada a subcontratação total ou parcial da execução do objeto que será licitado no certame regulado pelo presente Edital.

### CLÁUSULA TERCEIRA – Dos envelopes.

3.1 – Para participação neste Certame o licitante deverá apresentar o seguinte:

3.1.1 – **Envelopes “A” e “B”** – Contendo a documentação e proposta, que deverão ser apresentados da seguinte forma:

- 1) **Fechado;**
- 2) **Com identificação do licitante;**
- 3) **Discriminando qual é o envelope “A” e o envelope “B”.**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

**1 – Envelope “A”: Habilitação** – Deverá estar devidamente fechado (impedindo a retirada ou inclusão de documentos), identificado (contendo o nome da Firma) e conter os seguintes documentos:

**A** – Ato constitutivo (devidamente registrado) ou a última alteração contratual, se for o caso, devidamente registrada no órgão próprio, que expresse explicitamente o responsável legal pela sociedade empresária, por cópia autenticada;

**A.1 - Prova de possuir capital social integralizado igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado do contrato, comprovado através de registro na junta comercial ou do último balanço publicado, conforme o caso, devendo a comprovação ser feita à data da apresentação da proposta (art. 31, parágrafos 2º e 3º, da Lei nº 8.666/93).**

**B** – Em se tratando de representante e não do responsável legal constante no contrato social, somente terá direito a manifestar-se durante o certame com a devida procuração, que poderá ser apresentado dentro ou fora do envelope, o qual será registrado em ata, sendo necessário anexa-lo aos autos;

**C** – Original ou cópia autenticada da certidão que prova regularidade para com a fazenda Municipal e Estadual do domicílio ou sede do licitante, com prazo de validade não superior a 180 (cento e oitenta) dias, quando não estiver consignado na mesma o prazo de validade (art. 29, inciso III da Lei nº 8.666/93);

**C . 1** – A certidão de débitos Estaduais deverá estar acompanhada de certidão da dívida ativa do Estado, de conformidade com a resolução PGE/SER nº 033/04, publicada no D.O.E, em 25 de novembro de 2004. **(No caso de firma do Estado do Rio de Janeiro).**

**D** – Original ou cópia autenticada da Certidão que prova regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (art. 29, inciso IV da lei nº 8.666/93);

**E** – Original ou cópia autenticada da Certidão que prova regularidade com a Receita Federal, INSS e Dívida Ativa da União (CND) (art. 29, inciso IV da Lei n 8.666/93);

**F** - Certidão negativa de infrações trabalhistas à legislação de proteção à criança e ao adolescente, ou declaração que não possui menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

**G** – Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física (art. 31, inciso II da Lei nº 8.666/93).

**H** - CNDT – prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante apresentação de certidão negativa, nos termos do título VII-A da consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943 (incluído pela Lei 12.440 de 2011);

**I – Atestado da realização de Visita Técnica**, fornecido pela Secretaria Municipal de Obras Públicas, Urbanização e Transportes, destinado a fazer prova de que a sociedade empresária licitante detém amplo conhecimento da situação real do local e as circunstâncias em que se dará a efetiva prestação dos serviços. As visitas serão nos dias: **27, 28 e 29 de AGOSTO de 2018, sempre as 10:00 horas**, na sede da Secretaria Municipal de Obras Públicas, Urbanização e Transportes.

**I.1** – Em face da natureza técnica do evento, e das suas repercussões, tanto para a perfeita compreensão das disposições do presente edital e da documentação que o acompanha, assim como para a elaboração das propostas e planilhas de custos, **a Secretaria Municipal de Obras Públicas, Urbanização e Transportes somente emitirá o Atestado da realização da Visita Técnica em favor das**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

**sociedades empresárias que a ela comparecerem assistidas pelo seu responsável técnico (ENGENHEIRO CIVIL)**, a ela vinculado por uma das formas descritas na parte final do item J.2 deste Edital, O QUAL SERÁ O RESPONSÁVEL TÉCNICO PARA A OBRA EM QUESTÃO, DEVENDO SER IDENTIFICADO, INCLUSIVE COM O REGISTRO DO CREA-RJ.

#### **J – Qualificação técnica:**

**J.1** – A sociedade empresária deverá apresentar cópia autenticada do seu registro ou inscrição na entidade profissional competente (CREA) – (art. 30, I da Lei nº 8.666/93);

**J.2** - A sociedade empresária e o responsável técnico deverão apresentar uma cópia autenticada de quitação da anuidade, referente ao exercício de 2018 (CREA).

**J.3** – Comprovação de capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, que seja **detentor de atestado de responsabilidade técnica/ACERVO por execução da obra ou serviços de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedada as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos** (art. 30, § 1º, I da Lei nº 8.666/93);

**Obs.: Para fins deste certame comprova-se o vínculo do profissional detentor do acervo com a sociedade empresária:**

**1) pelo registro no CREA como responsável técnico da sociedade empresária junto aquele conselho; e ou**

**2) por meio de documento que comprove o vínculo de emprego ou de trabalho entre o profissional apontado como responsável técnico e a sociedade empresária licitante, vigente à época da apresentação da proposta, acompanhado da certidão de registro de pessoa física expedida pelo CREA, com validade para o exercício em curso.**

- Por se tratar de quesito técnico, que exige expertise na área de engenharia, o item J.2, acima, será, em sua totalidade, analisado e aprovado por técnico designado pela Secretaria Municipal de Obras Públicas, Urbanização e Transporte.

**L** - Além dos itens acima, deverá a sociedade empresária licitante, apresentar o C.R.C. (Certificado de Registro Cadastral), emitido pelo órgão licitante, apto a comprovar a inscrição prévia da sociedade empresária licitante no cadastro de fornecedores e prestadores de serviços da Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto, RJ, ou comprovação de estar a sociedade empresária licitante em condições para o cadastramento conforme determina o artigo 22, § 2º da Lei nº 8.666/93 – até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas.

**(Considera-se em condições para o cadastramento a solicitação formal através do devido processo administrativo protocolado na Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto, em processo protocolado no prazo anteriormente referido)**

**M** – Declaração, sob as penas da lei, de que a sociedade empresária licitante não foi declarada inidônea pelo no Município de São José do Vale do Rio Preto, bem como por nenhum outro órgão da Federação, não havendo nada que o impeça a sua participação no certame regulado pelo presente Edital.

**N** – Declaração assinada pelo responsável da sociedade empresária, juntamente com o seu responsável técnico, de que todas as informações contidas na documentação integrante do edital da presente licitação, assim como as condições locais, examinadas ambas pelo responsável técnico da sociedade empresária licitante, foram consideradas suficientes para permitir o pleno adimplemento das obrigações que vierem a ser assumidas em decorrência da execução do objeto a ser contratado, não estando a exigir reparos, retificações e/ou alterações;

**Obs.: As cópias dos documentos acima mencionados serão autenticados pela comissão de licitação no ato da abertura dos Envelopes, desde que apresentados os originais, nos termos do art. 32, CAPUT, da Lei de Licitações.**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

O – Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da sociedade empresária, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta (art. 31, inciso I da lei nº 8.666/93), **quando exigível; (quando não for exigível deveria a empresa apresentar declaração da empresa justificando sob as penas da Lei a não exigência do balanço );**

- No caso de sociedade anônimas, cópia autenticada do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, publicadas em jornal diário de grande circulação no estado, ou, se houver, no município da sede da empresa;
- No caso de empresas por responsabilidade limitada, cópia autenticada pela Junta Comercial das páginas do Livro Diário, que contenham Termo de Abertura; Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis e Termo de Encerramento;
- O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis, bem como, os Demonstrativos dos Índices Contábeis, deverão estar assinados pelos Sócios-Gerentes da empresa e por contabilista, comprovadamente registrado perante o Conselho Regional de Contabilidade – CRC, sendo observados os seguintes índices contábeis:

Para efeito de análise da situação econômica financeira da empresa, e para considerá-la habilitada, será observada a metodologia prevista no decreto 1106 de 15 de julho de 2002, conforme abaixo, no qual deverá atingir a avaliação mínima **A2.**

**ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL:**

*ativo circulante + realizável a longo prazo*

-----

*passivo circulante + exigível a longo prazo*

<b>LG</b>	<b>PONTOS</b>
0,00 a 0,29	0
0,30 a 0,49	1
0,50 a 0,59	2
0,60 a 0,69	3
0,70 a 0,89	4

0,90 a 1,09	5
1,10 a 1,29	6
1,30 a 1,49	7
1,50 a 1,79	8
1,80 a 2,00	9
mais de 2,00	10

**ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE**

*ativo circulante*



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

-----  
*passivo circulante*

<i>LC</i>	<b>PONTOS</b>
<i>0,00 a 0,39</i>	<i>0</i>
<i>0,40 a 0,59</i>	<i>1</i>
<i>0,60 a 0,79</i>	<i>2</i>
<i>0,80 a 0,99</i>	<i>3</i>
<i>1,00 a 1,19</i>	<i>4</i>
<i>1,20 a 1,39</i>	<i>5</i>
<i>1,40 a 1,59</i>	<i>6</i>
<i>1,60 a 1,79</i>	<i>7</i>
<i>1,80 a 1,99</i>	<i>8</i>
<i>2,00 a 2,20</i>	<i>9</i>
<i>mais de 2,20</i>	<i>10</i>

**GRAU DE ENDIVIDAMENTO**

*passivo circulante + exigível a longo prazo*

-----  
*patrimônio líquido*

<b>EN</b>	<b>PONTOS</b>
<i>mais de 10,0</i>	<i>0</i>
<i>9,1 a 10,0</i>	<i>1</i>
<i>8,1 a 9,0</i>	<i>2</i>
<i>7,1 a 8,0</i>	<i>3</i>
<i>6,1 a 7,0</i>	<i>4</i>
<i>5,1 a 6,0</i>	<i>5</i>
<i>4,1 a 5,0</i>	<i>6</i>
<i>3,1 a 4,0</i>	<i>7</i>
<i>2,1 a 3,0</i>	<i>8</i>
<i>1,1 a 2,0</i>	<i>9</i>
<i>0,0 a 1,0</i>	<i>10</i>

*Obtendo-se a média:*  
*pontos LG + pontos LC + pontos EM*

-----  
3

*convertendo-se o resultado pela seguinte tabela:*

<b>PONTOS</b>	<b>AVALIAÇÃO</b>
<i>0,0 a 1,9</i>	<i>NR</i>
	<i>2 (A)</i>
<i>2,0 a 4,9</i>	
<i>5,0 a 7,9</i>	<i>4 (B)</i>
<i>8,0 a 10,0</i>	<i>6 (C)</i>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

*os quais indicam os seguintes conceitos:*

<b>AVALIAÇÃO</b>	<b>CONCEITO</b>
NR	<i>não recomendável</i>
(A) 2	<i>mínimo para cadastramento</i>
(B) 4	<i>médio</i>
(C) 6	<i>máximo</i>

***Obs.: As cópias dos documentos acima mencionados serão autenticados pela comissão de licitação no ato da abertura dos envelopes, desde que apresentados os originais, nos termos do art. 32, CAPUT, da Lei de Licitações.***

**2– Envelope “B” : Proposta.**

A – Proposta de Preço conforme especificações constante nos anexos em tela;

B– A Proposta Comercial deverá ser apresentada datilografada , digitada ou manuscrita (legível) , em 01 (uma) via em papel próprio da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas.

C– A Planilha de Orçamento será apresentada em 01 (uma) via, preparada em conformidade com as instruções seguintes:

C.1 – Os licitantes deverão propor preços unitários, em reais, para realização do serviço, objeto do presente Certame;

C.2 – Apresentação de cronograma físico financeiro de conformidade com anexo nº I com objeto e valores devidamente detalhados em planilha.

**CLÁUSULA QUARTA– Dos prazos**

4.1 – O prazo de entrega dos serviços será de acordo com o estabelecido nos anexos do presente edital ;

4.2 – A firma garantira os serviços ora estabelecidos neste edital por no mínimo 05 (cinco) anos, contados a partir da data de recebimento definitivo da obra, pelo Município de São José do Vale do Rio Preto.

4.3 – O prazo de validade das propostas não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias a contar da data da sua entrega.

**CLÁUSULA QUINTA – Recebimento e Abertura dos Envelopes**

5.1 – No dia, hora e local designados, será realizada a Sessão de Recebimento e Abertura dos Envelopes contendo a Documentação de Habilitação e as Propostas Comerciais com a

participação dos membros da Comissão de Licitação, na presença dos licitantes que se interessarem, munidos das respectivas procurações, de acordo com a seguinte rotina:

a – Recebimento dos Envelopes A e B;





## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

b – Abertura dos envelopes “A” e análise dos documentos de Habilitação nele contidos, podendo a critério da comissão utilizar o prazo de 05 (cinco) dias úteis, para proceder a presente análise, diligências e outros cabíveis na forma da Lei;

c – Abertura dos Envelopes “B”, contendo as Propostas Comerciais dos licitantes considerados habilitados, podendo também a critério da comissão de licitações ser aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para análise, diligências e outros cabíveis na forma da Lei;

d – Todos os documentos constantes dos envelopes “A” e “B”, Habilitação e Proposta Comercial, deverão ser rubricados por todos os presentes, e juntados ao processo e encaminhados à Comissão Permanente de Licitações para análise, apreciação e julgamento, em observância aos critérios estabelecidos neste Edital;

e – Em hipótese alguma, serão recebidas propostas feitas por telex, fax, telegrama, enviadas pelo Correio.

f – O não comparecimento ou permanência do licitante (ou representante credenciado) ao ato, ou a falta de sua assinatura na ata da Sessão implicará na sua tácita concordância com as decisões da Comissão.

g – Os envelopes “A” e “B”, contendo habilitação e propostas, respectivamente, poderão ser protocolizados até 24 (vinte e quatro) horas antes da sessão no setor de protocolo da Prefeitura Municipal, mediante o pagamento da taxa de expediente, situada à Rua Coronel Francisco Limongi, nº 159, centro, ou entregues na data, hora e local da abertura dos mesmos diretamente ao Presidente da Comissão de Licitações;

### **CLÁUSULA SEXTA – Do Contrato e das Penalidades**

6.1 – A firma deverá no ato da assinatura do contrato apresentar por escrito o preposto da empresa, de conformidade com art. 68 da lei nº 8.666/93;

6.2 – O prazo máximo para assinatura do referido contrato será de 15 (quinze) dias úteis, a contar da homologação do certame licitatório por parte do executivo municipal, conforme determina o art. 81 da lei nº 8.666/93;

6.3 – A empresa contratada que deixar de cumprir quaisquer das obrigações assumidas, bem como, deixar de cumprir os prazos de Execução dos eventos constantes do cronograma indicado pelo Município ficará, garantida a prévia defesa, sujeita às seguintes penalidades:

a – Multa por dia de atraso equivalente a 5% (cinco por cento) do valor da etapa em atraso;

b – Suspensão do direito de licitar no Município de São José do Vale do Rio Preto, pelo prazo de 02 (dois) anos, na forma da lei.

c- A empresa Contratada está obrigada a manter durante toda a vigência do contrato as condições apresentadas para habilitação.

### **CLÁUSULA SETIMA: Motivos para Rescisão Contratual**

Constitui razões para rescisão do presente contrato as prescrições abaixo elencadas, como determina o artigo nº 78 da lei nº 8.666/93.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**

### **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

**I** – O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

**II** – O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

**III** – A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

**IV** – O Desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

**V** – O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 desta Lei;

**VI** – A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

**VII** – A dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

**VIII** – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

**IX** – Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

**X** – A suspensão de sua execução, por ordem escrita da administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

**XI** – A não liberação, por parte da administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

**XII** - A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

**XIII** - descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;

**XIV** – A lentidão do seu cumprimento, levando a administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

**XV** – O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

**XVI** – A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à administração;

**XVII** – A suspensão, por parte da administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificações do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da lei 8.888/93;

**XVIII** - O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

**CLÁUSULA OITAVA – Das prescrições diversas.**

8.1 – Quaisquer outras informações, poderão ser obtidas pelos interessados, em dias úteis, no horário de 9h30min às 16 h, na secretaria de administração, na rua Cel. Francisco Limongi, 125, Centro – São José do Vale do Rio Preto – RJ, ou pelos telefones 2224–1326 e 2224–1327 e 2224 1552;

8.2 – Os pedidos de impugnação ou recursos somente serão aceitos mediante encaminhamento formal através de processo administrativo devidamente protocolado nesta municipalidade;

8.3 - O item 3.1.1 – trata-se de formalidade com o intuito de evitar o acréscimo de documentos e a identificação do licitante, porém não será considerada como fator de inabilitação, salvo em caso de identificação dos envelopes “A” e “B” trocadas, esta tornará o licitante inabilitado;

8.4 – Todos os documentos de habilitação e propostas de preços, passaram a serem parte integrantes do processo licitatório, não sendo cabível a devolução dos mesmos, salvo os envelopes “B” – proposta de preços dos licitantes considerados inabilitados na fase inicial ( envelopes “A”).

São José do Vale do Rio Preto, em 17 de agosto de 2018

**FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO**  
Diretora Geral de Administração



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

## **ANEXO VII – Minuta de Contrato**

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE  
UM LADO NA CONDIÇÃO DE CONTRATANTE O  
MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO – RJ,  
E DO OUTRO COMO CONTRATADA A EMPRESA  
\_\_\_\_\_ NA FORMA ABAIXO:**

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ de dois mil e \_\_\_\_\_, na sede do Município de São José do Vale do Rio Preto, situada à rua Cel. Francisco Limongi, 159 – Centro – São José do Vale do Rio Preto – RJ, inscrita no C.N.P.J. sob o n.º 32.001.836/0001–05, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. XXXXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro, casado, XXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXX do IPF, do CPF n.º XXXXXXXXX e a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no C.N.P.J. sob o n.º \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo \_\_\_\_\_, RG n.º \_\_\_\_\_ e C.P.F. n.º \_\_\_\_\_, resolvem firmar o presente Contrato decorrente da Tomada de Preços n.º \_\_\_\_/\_\_\_\_ e do Processo n.º \_\_\_\_/\_\_\_\_, cujo edital fica fazendo parte integrante e mediante cláusulas e condições enunciadas:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:**

Constitui objeto do presente contrato a **CONSTRUÇÃO DE TRATAVESSIA EM CANAL PRÉ-FABRICADO EM CONCRETO A SER REALIZADA NA ESTRADA DO CAMBOATÁ, BAIRRO CAMBOATÁ, LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO – RJ, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO-DE-OBRA** em conformidade com as especificações contidas nos anexos: I (cronograma físico-financeiro), II (caderno de encargos), III (projetos), IV (planilha orçamentária de custo), V (memorial de cálculo), VI (DBI), que são parte integrante do presente contrato.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O regime de execução é o de empreitada integral com fornecimento de mão –de– obra e material de conformidade com art. 6º, inciso X, c/c art. 10º, inciso II de lei nº 8.666/93.

### **CLÁUSULA SEGUNDA : DOS DOCUMENTOS CONTRATUAIS:**

**I –** Fazem parte integrante deste instrumento os seguintes:

**II –** TOMADA DE PREÇOS N.º \_\_\_\_/\_\_\_\_, DE \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ emitida pela CONTRATANTE.

**III –** PROPOSTA COMPLETA DA CONTRATADA.

### **CLÁUSULA TERCEIRA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

São obrigações da contratada o cumprimento dos itens abaixo relacionados:



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**

### **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

**I** - Executar os serviços ora contratados elencados nos anexos do Edital TP nº XXXX;

**II** - Estar em situação regular perante os órgãos de classe;

**III** – As despesas referentes às obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, Federal, Estadual e Municipal – Art. 71 e § 1º - Lei 8666/93 correrão por conta e responsabilidade da Contratada;

**IV** - Apresentar no ato da assinatura do contrato, para representa-lo no local da obra ou sempre que se fizer necessário o preposto na forma da Lei;

**V** – Emitir notas fiscais após a conclusão da respectiva etapa;

**VI** – Permitir na forma da lei a fiscalização da obra;

**VII** – Manter as mesmas condições de habilitação durante a execução do contrato;

**VIII** – Garantir a qualidade pela solidez e segurança da Obra por 05 anos.

**IX** – Notificar o município sempre que houver alguma anormalidade no andamento da obra.

**X** – Comprovar o recolhimento dos tributos devidos em decorrência do objeto contratado.

**XI** – Requerer o pagamento das etapas de obras de acordo com o cronograma físico financeiro.

**XII** – Assinar o contrato no prazo máximo de 15(quinze) dias a partir do comunicado formal da secretaria municipal de administração.

#### **CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

**I**- Fiscalizar a execução do contrato através da Secretaria Municipal de Obras.

**II** - realizar os pagamentos nas datas previstas do presente contrato, após a fiscalização de obra atestar a conclusão da etapa.

**III** - Exigir da contratada apresentação das Notas Fiscais/Faturas correspondentes às parcelas de pagamento previstas em sua PROPOSTA e aceitas pela fiscalização da CONTRATANTE.

**IV** – Exigir do contratado apresentação no ato do pagamento, comprovante de recolhimento dos encargos previdenciários originados pelo objeto licitatório ( art. 71, § 2º da Lei nº 8.666/93);

**V** – Expedir memorando autorizativo autorizando o início da obra;

**VI** – Entregar o local em perfeitas condições para o início da obra.

**VII** - Acompanhar e fiscalizar a execução da obra.

#### **CLÁUSULA QUINTA : VALOR DOS SERVIÇOS E FORMA DE PAGAMENTO:**

**I** - O valor a ser pago pelo objeto ora licitado é o de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) , fixos e irrevogáveis, para realização dos serviços descritos de conformidade com o Cronograma Físico Financeiro, objeto da proposta.

**II** – O órgão municipal responsável pelo pagamento deverá exigir do contratado apresentação no ato do pagamento, comprovante de recolhimento dos encargos previdenciários originados pelo objeto licitado ( art. 71, § 2º da Lei nº 8.666/93);



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

### CLÁUSULA SÉXTA : DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E ALTERAÇÕES

I – O presente contrato vigorará pelo prazo de \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) dias consecutivos, contados a partir da data de memorando autorizativo expedido pela Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio preto.

II – O presente Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no art. 65 da Lei 8.666/93, sempre através de termos aditivos numerados em ordem crescente, devidamente fundamentado previamente.

### CLÁUSULA SÉTIMA : FISCALIZAÇÃO

A Fiscalização do presente Contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Obras Públicas, Urbanização e Transportes. Sendo fiscais do Contrato a Sra. Camila da Silva Pereira, matrícula: 3381 e o Senhor Rogério Caputo, matrícula: 3380.

O presente Contrato reger-se-á por toda a legislação aplicável à espécie, emanados da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

**CLÁUSULA OITAVA: DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO:** A Firma declara ser do seu inteiro conhecimento todas essas normas e concorda em sujeitar-se às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes mesmo quando não expressamente transcritas no presente instrumento.

§ 1º - **A CONTRATADA** declara aceitar todas as inspeções e controles que vierem a ser adotadas pela Fiscalização, obrigando-se a facilitar-lhe todas as explicações e esclarecimentos que esta necessitar e que forem julgados precisos ao desempenho de suas atividades.

§ 2º - A existência e atuação da Fiscalização em nada restringem a responsabilidade da **CONTRATADA**, no que concerne ao fornecimento ora contratado e a sua execução, bem como, a ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços contratados, não implica em co-responsabilidade do **CONTRATANTE**.

### CLÁUSULA NONA : RESCISÃO

Constitui razões para rescisão do presente contrato as prescrições abaixo elencadas:

I – O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II – O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III – A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

IV – O Desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

V – O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 desta Lei;

VI – A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII – A dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

VIII – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**

### **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

**IX** – Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

**X** – A suspensão de sua execução, por ordem escrita da administração, por prazo superior a 120 ( cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

**XI** – A não liberação, por parte da administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

**XII** - A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

**XIII** - descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;

**XIV** – A lentidão do seu cumprimento, levando a administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

**XV** – O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

**XVI** – A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à administração;

**XVII** – A suspensão, por parte da administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificações do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da lei 8.888/93;

**XVIII** - O atraso superior a 90 ( noventa) dias dos pagamentos devidos pela administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizado a situação;

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado a parte contrária o contraditório e a ampla defesa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**I** – As despesas com os serviços objeto deste edital, correrão por conta da dotação orçamentária programas de trabalho nº 2008.185442371.008-4.4.90-51-01;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS MULTAS E PENALIDADES ( Art. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93)**

**I** – O atraso de responsabilidade da CONTRATADA na conclusão de qualquer etapa na execução do Contrato sujeitará a CONTRATADA ao pagamento de

multa moratória, no valor correspondente a 5% ( cinco ) por cento do valor da etapa, por dia de atraso;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**

### **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

**II** – A multa que alude o artigo não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na lei 8.666/93 e suas alterações;

**III** – A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contrato;

**IV** – Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;

**V** – Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a ampla defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa, na forma prevista no item I da cláusula décima primeira;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA : DO FORO**

**I** – As partes CONTRATANTES elegem o Foro da Cidade de São José do Vale do Rio Preto – RJ, com renúncia expressa de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente Contrato e sua execução.

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 05 (cinco) vias, de igual teor e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.

São José do Vale do Rio Preto, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

---

CONTRATANTE

---

CONTRATADA





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

## **ANEXO VIII**

### **Metodologia para cálculo de garantia adicional**

*Roteiro para verificação de garantia adicional em licitações de obras e serviços de engenharia*

**1º Passo:**

80% de R\$ \_\_\_\_\_ (menor valor encontrado entre a média das propostas e o valor orçado pela Administração): R\$ \_\_\_\_\_.

**OBSERVAÇÃO:** verificar se o valor da proposta vencedora é inferior ou superior aos 80% encontrados;

**2º Passo:**

Calcular a garantia adicional:

R\$ \_\_\_\_\_ - R\$ \_\_\_\_\_ = R\$ \_\_\_\_\_.

(valor da média das propostas ou do valor orçado pela Administração, o que for menor, menos o valor da proposta vencedora).

**3º Passo:**

Garantia adicional: R\$ \_\_\_\_\_.

**OBSERVAÇÕES:**

se o preço da proposta vencedora for inferior ao valor relativo aos 80%, haverá •  
garantia adicional;

se o preço da proposta vencedora for superior ao valor relativo aos 80%, não •  
haverá garantia adicional.

o valor da garantia será igual à diferença entre a média das propostas / valor •  
resultante da aplicação do art. 48, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, e o valor da  
proposta vencedora.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

## **ANEXO IX**

### **DECLARAÇÃO DE IDÔNEO**

**A Sociedade Empresária \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, situada a Rua \_\_\_\_\_, Vem pelo presente, na pessoa de seu responsável declarar sob as penas da Lei que:**  
Não há, em seu desfavor, declaração de inidoneidade, emitida por ente público de qualquer esfera governamental, de qualquer dos poderes, em qualquer unidade da federação, que impeça sua participação no presente certame.

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

---

Responsável pela Sociedade Empresária



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO**  
**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

## **ANEXO X**

### **Declaração de Conformidade com o Edital e seus Anexos**

**A Sociedade Empresária \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, situada a Rua \_\_\_\_\_, pelo presente, na pessoa de seu responsável por esta empresa, em conjunto com o responsável técnico da mesma declarar sob as penas da Lei que:** todas as informações contidas na documentação integrante do edital da presente licitação, assim como as condições locais, examinadas ambas pelo responsável técnico da empresa licitante, foram consideradas suficientes para o pleno adimplemento das obrigações decorrentes da execução do objeto a ser contratado, não estando e exigir reparos, retificações e/ou alterações

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

---

Responsável pela Sociedade Empresária  
CPF Nº

---

Responsável Técnico  
**CREA Nº**